

CIBEC/INEP



B0008437

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA



***Retrospectiva Histórica  
da Escola Agrotécnica Federal  
de Alegre-ES***

373.3:63 (815.2)

R142r

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Presidente da República  
*Fernando Collor de Mello*

Ministro da Educação  
*Eraldo Tinoco*

Secretário Nacional de Educação Tecnológica  
*Nagib Leitune Kalil*

Diretor do Departamento de Políticas para Formação Profissional  
*Donald Nelson Uhlig*

Diretor da Escola Agrotécnica Federal de Alegre-ES  
*Adornar Dardengo*

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

*RETROSPECTIVA HISTÓRICA  
DA ESCOLA AGROTÉCNICA  
FEDERAL DE ALEGRE-ES*



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE-ES  
1992

Programação Visual: Tereza Hezim  
Foto capa: Enoch Fenestran  
Fotos: José Carlos de Oliveira  
          Enoch Fenestran  
Past-up: Walmir José Borba  
Composição: Maria Angélica Koppe Serena

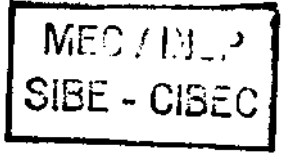
ISBN-85-296-0015-0

FICHA CATALOGRÁFICA

377.352:63(815.2)  
B823r

Brasil. Ministério da Educação. Secretaria Nacional de Educação Tecnológica.  
Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnica Federal de Alegre (ES). Brasília, 1992.  
51p. (Retrospectiva histórica, 1)

1. Escola Agrotécnica de Alegre(ES) - Análise histórica. 2. Ensino agrícola - Espírito Santo  
3. Técnico agrícola - Formação profissional.  
I. Título. II. Série



#### **EQUIPE DE ELABORAÇÃO**

Profª Désirée Gonçalves Raggi  
Prof. Carlos Magno Rodrigues Bravo  
**Prof.** João Silvério de Oliveira  
Prof. Ademir Dias Cabral  
Profª Marly Mendonça Delucas  
Wilce Francisca Prota Rodrigues

## APRESENTAÇÃO

A Secretaria Nacional de Educação Tecnológica se propõe, no seu programa de trabalho, a desenvolver projetos que contribuam para a melhoria da educação tecnológica nacional.

Assim sendo, decidiu implementar, junto às escolas agrotécnicas federais, um trabalho de elaboração de documentos para preservar a história do ensino agrícola de 2º grau. Para tanto, a SENETE contou com o empenho de professores e servidores desses estabelecimentos, na tarefa de resgatar essa memória.

Espera-se que esta série de documentos seja um relato da evolução do ensino vivenciado pelas escolas, embora não totalmente concluído, uma vez que a realidade, por sua dinamicidade histórica, é sempre mais rica do que dela se apreende.

Finalmente, pretende-se que o documento contribua, também, para uma avaliação crítica desse processo, servindo de referencial para o aprimoramento da educação agrícola no País.

Nagib Leitune Kalil  
Secretário



# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

INTRODUÇÃO

ORIGEM DA ESCOLA

1. Situação da Escola no contexto sócio-político-econômico da época de sua fundação	15
2. Perspectiva histórica da evolução e do desenvolvimento	18
ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	23
ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA	29
1. Proposta pedagógica global do curso	30
2. Série histórica dos indicadores educacionais	34
3. Outros mecanismos adotados pela Escola para a implementação curricular	38
ESPAÇO FÍSICO	41
RECURSOS HUMANOS	43
RELAÇÃO ESCOLA-ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	47
CONCLUSÃO	49
BIBLIOGRAFIA	51



*Fachada principal*

## INTRODUÇÃO

A Retrospectiva Histórica da Escola Agrotécnico Federal de Alegre não é um trabalho completo e nem tampouco acabado, visto que para alguns assuntos existem fontes inesgotáveis de pesquisa, enquanto que para outros não foram encontrados dados que interliguem os fatos.

Para que este trabalho fosse satisfatório, necessário seria que houvesse tempo dedicado somente a ele, e que o prazo estabelecido para sua conclusão fosse estendido, dada a riqueza de informações existentes, bem como a sua importância.

Durante seu desenvolvimento, procurou-se fazer esse registro, da forma mais fiel possível, com base em livros de atas, documentos, recortes de jornais, depoimentos de pessoas que protagonizaram essa história e outros.

Considerando a dinamicidade da história, é grande a possibilidade de enriquecimento deste trabalho por parte de futuros pesquisadores do tema. Vale notar que todas as contribuições que porventura possam surgir, após sua publicação, serão de grande importância para o seu aprimoramento.

Espera-se que esta narrativa, mais que registrar fatos históricos, possa contribuir para o aperfeiçoamento do ensino agropecuário.



*Escola Agrotécnico Federal de Alegre-ES*

## ORIGEM DA ESCOLA

### ***1. Situação da escola no contexto sócio-político-econômico da época de sua fundação***

Aos 7 dias do mês de maio do ano de 1953, foi firmado um convênio entre o Governo do Estado do Espírito Santo e o Governo Federal, no qual ficou determinada a instalação de uma escola agrotécnica, que deveria funcionar em regime de internato. Para tanto, reuniram-se o Doutor João Cleophas de Oliveira, Ministro da Agricultura, por parte do Governo da União, e o Senhor Deputado Napoleão Fontenelle da Silveira, representante do Governo do Estado do Espírito Santo, a fim de celebrar o referido acordo, conforme Artigos 2- e 4<sup>2</sup>, do Decreto Federal n<sup>o</sup> 22.470, de 20 de janeiro de 1947, e as disposições do Decreto-Lei n<sup>o</sup> 9.613, de 20 de agosto de 1946.

Conforme a cláusula segunda do acordo celebrado, o Governo do Estado se comprometia a fazer a cessão de uma área mínima de 200ha de terras férteis, com boas aguadas, em zona salubre, próxima à sede do Município e servida por vias de fácil comunicação.

Em 23 de novembro de 1950, foi lavrada a escritura pública que consta das folhas 31 a 32 do Livro n<sup>o</sup> 73, e em registro no Livro n<sup>o</sup> 03 AG, folha 97, sob n<sup>o</sup> 11.214, em 08/08/51, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Alegre, da aquisição da Fazenda Caixa D'água, com área de 333,96ha, de propriedade do Senhor Carlos Caiado Barbosa e sua esposa, com o objetivo de se instalar, nessa área, um Centro de Treinamento Rural. Para essa aquisição, contribuíram o Município de Alegre e o Governo do Estado, mas, ainda, nos termos dessa escritura, o Município renunciou à sua parte em favor do Estado.

Em 17 de dezembro de 1974, conforme Lei Estadual n<sup>o</sup> 2.949, o Estado doou à União Federal a área de terra onde está situada a atual Escola, conforme consta do Livro 2 T, folha 138, sob matrícula n<sup>2</sup> 3.963, do Cartório de 1<sup>o</sup> Ofício da Comarca de Alegre-ES.

Conforme os termos do acordo supracitado, a direção da instituição deveria ser entregue a um engenheiro agrônomo ou veterinário, designado pelo Ministro da Agricultura. Em 29 de junho de 1953, pela Portaria nº 825, da Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário-SEAV, foi nomeado, como primeiro diretor da então Escola Agrotécnica de Alegre, o engenheiro agrônomo Ivan Neves de Andrade, que iniciou a construção das instalações necessárias ao funcionamento da Escola.

Naquela ocasião, o Governo Estadual determinou que todos os colonos da antiga fazenda fossem indenizados e que deixassem suas casas. Mas, foi sugerida uma alternativa, para evitar a saída daquelas famílias da região, que seria o aproveitamento de todos os trabalhadores, utilizando-se seus conhecimentos e experiências nas tarefas agrônomicas que iriam ser iniciadas. Foram, então, admitidos os operários pioneiros, dando-se início às obras de construção.

Os primeiros prédios construídos foram: pavilhões da Escola, da administração e do almoxarifado, e os primeiros servidores admitidos: Manoel Nunes Moreira, Ariete Guimarães Andrade, José Lourenço Sagrillo, Dolair Lougão Moulin, Antônio Faria, Narcizo Paulo de Azevedo, João Gandini, Genário Venâncio Paschoa, José Gandini e Frederico Jorge.

As obras começaram, mas os recursos, que eram da responsabilidade do Estado e da União, não chegaram. Foram aplicados, então, recursos gerados na própria fazenda, para que fossem adquiridos os materiais necessários e efetuados os pagamentos de funcionários. Para tanto, foi construído um viveiro para produção de 100.000 mudas de café (cujas sementes foram doadas pelo Instituto Agrônomo de Campinas) e para produção de Citrus sp., Eucalyptus spp. e plantas ornamentais. As primeiras sementes foram plantadas em 5 de setembro de 1953, com um poder germinativo de, aproximadamente, 96% e um ótimo desenvolvimento vegetativo.

Com a ajuda do Dr. José Farah, delegado e Secretário da Agricultura do Estado, através do Projeto USAID - CONTAP-ETA, <sup>(1)</sup> do

(1) Projeto USAID-CONTAP-ETA acordo firmado entre Brasil e Estados Unidos, cujos recursos destinavam-se, dentre outros, à Educação

Ministério da Agricultura, foram construídos o estábulo e o silo. Foram produzidos café, milho, hortaliças, os quais geraram recursos que possibilitaram a construção de barragens e pequenas caixas d'água, abertura de estradas e aquisição de ferramentas, adubos e inseticidas.

A SEAV enviou recursos para construção do aviário e de galpões para maternidade de suínos.

Foi iniciado o plantio de gado misto e leiteiro e, posteriormente, a criação de aves, com o fim de assegurar alimentos para os futuros alunos.

Concluídos os prédios principais, faltaram verbas para energia elétrica e água, tendo sido adquiridas com ajuda do Serviço Estadual de Saúde Pública-SESP, através do projeto de capacitação e tratamento d'água, com a interferência do Dr. Trajano Machado da Cruz na elaboração do projeto da rede elétrica.

Naquele período, transcorria o final do Governo do Sr. Francisco Lacerda de Aguiar e seu sucessor já estava eleito - o Dr. Carlos Fernando Lindenberg, que seria empossado em março de 1959. Por questões políticas, o Sr. Francisco Lacerda estava determinado a inaugurar a Escola, mas o Superintendente de Ensino Agrícola ordenou que esse ato fosse impedido, de qualquer maneira, pelo Dr. Ivan Neves de Andrade, diretor da Escola, que lhe pediu uma ordem por escrito. Essa solicitação lhe foi negada e, assim, a inauguração aconteceu, o que quase custou ao diretor uma suspensão de vinte dias. Mesmo depois de ter sido publicada a Portaria que o penalizava, com a ajuda do então Governador Carlos Lindenberg, a citada Portaria foi tornada sem efeito, reparando-se a injustiça praticada.

No Governo Carlos Lindenberg, a Escola funcionou como Centro de Treinamento durante os dois primeiros anos e no ano de 1962 foram, finalmente, iniciadas as atividades escolares.

Os primeiros professores admitidos foram: Victor Emmanuel Alcuri, Maria Aparecida Guimarães Pinheiro (falecidos). Padre José Belotti, Yole Santos Navega, Dalton Pinheiro Machado, Padre Gerardos Landertos Houteten (também falecido), Valentim Ferrari e Ivanilde Dias de Souza.

## **2. *Perspectiva histórica da evolução e do desenvolvimento***

Em 1938, pelo Decreto nº 982, de 23 de dezembro, foi criada a Superintendência do Ensino Agrícola - SEA, que passou a ser denominada Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário - SEAV (Decreto-Lei nº 2.832, de 4 de novembro de 1940), a qual administrou esse ensino até maio de 1967.

O ensino agrícola de grau elementar e médio foi institucionalizado pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946), destacando-se, dentre outras, a seguinte inovação: foram criadas as escolas agrotécnicas, onde eram ministradas as quatro séries do 1º ciclo e as três séries do 2º ciclo, atribuindo-se aos concluintes diploma de Técnico em Agricultura.

Em decorrência da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - as escolas agrotécnicas passaram a ser denominadas colégios agrícolas, ministrando as três séries do 2º ciclo (colegial) e conferindo aos concluintes o diploma de técnico agrícola.

Pelo Decreto nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a SEAV foi transferida do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, com a denominação de Diretoria do Ensino Agrícola-DEA, ocasião em que o Dr. Ivan Neves de Andrade deixou a direção da Escola, por preferir permanecer no Ministério da Agricultura. De 1968 a março de 1969, a direção foi ocupada pelo Dr. Victor Emmanuel Alcuri, substituto legal, conforme Portaria nº 13, de 22 de janeiro de 1968. (Diário Oficial da União de 16 de novembro de 1968).

De acordo com a Portaria nº 30, de 07 de março de 1969, publicada no Diário Oficial da União de 18 de agosto de 1969, foi nomeado o Dr. Eugênio Holzmeister Filho, que faleceu no dia 09 de janeiro de 1970.

Surgiu, com a DEA, a reformulação da filosofia do ensino agrícola, sendo implantada, então, a metodologia do Sistema Escola-Fazenda, que se baseou no princípio "aprender a fazer e fazer para aprender".

Em 1970, com a morte do titular, reassumiu a direção o Dr. Victor



Emmanuel Alcuri, no dia 12 de janeiro daquele ano e foi designado como Diretor do Colégio Agrícola de Alegre-ES, pela Portaria nº 162, de 23 de abril de 1971, do Departamento de Ensino Médio - Ministério da Educação e Cultura.

No período de 1970 a 1974, a administração do ensino agrícola federal passou por sérias dificuldades, tendo sido reduzida a um Grupo de Trabalho de Dinamização do Ensino Agrícola (GT - DEA), composto de cerca de treze membros e que ficou subordinado ao DEM.

Esse Departamento, com a implantação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971, publicou o Plano de Desenvolvimento do Ensino Agrícola, que serviu de base para o Projeto de Melhoria da Rede Federal de Ensino Agrícola, posteriormente denominado de Plano Nacional do Ensino Técnico Agrícola de 2º Grau - PLANETAGRI, elaborado por uma comissão constituída pela Portaria nº 610, de 22 de agosto de 1973.

Observa-se, desde essa época, uma falta de apoio financeiro que esse ensino vem sofrendo no País e, paralelo a isso, percebe-se a existência de outras variáveis que afetam direta ou indiretamente seu processo evolutivo. Dentre essas, ressalta-se a própria origem da formação histórico-social do Brasil, na qual se acha latente o preconceito social contra o trabalho manual (escravocrata) e, somando-se a este, existe o preconceito pelo fato desse ensino ter sido ministrado, inicialmente, em patronatos e/ou instituições nitidamente corretivas.

Isso encontrou-se arraigado nos próprios profissionais que atuavam na área. As dificuldades eram inúmeras, pois os docentes trabalhavam por idealismo, visto que ficavam até um ano sem perceber qualquer remuneração. Além disso, a comunicação com Brasília e entre as Escolas era bastante dificultada; e o interesse em se aperfeiçoar os docentes só começou após a criação da COAGRI,

Com o reconhecimento da habilitação de Técnico em Agropecuária, através da aprovação do Decreto nº 90.922, de 06 de fevereiro de 1985, houve um avanço nesse sentido, mas não satisfatório, ainda.

(2) O Departamento de Ensino Médio - DEM. do Ministério da Educação e Cultura, foi criado pelo Decreto nº 66.296, de 03 de março de 1970-

(3) COAGRI - Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola de 2º Grau. Mimeo. Brasília, março de 1984. pág 8.

Vale considerar, também, que pelo fato de ser ministrado em tempo integral e oferecer regimes de internato e semi-internato, esse ensino parecia mais oneroso; variáveis que, de certa forma, limitavam a matrícula.

Uma forte interferência na evolução desse ensino e, conseqüentemente, da Escola, reside na descontinuidade administrativa ocorrida, principalmente, entre 1967 a 1973.

O DEM, devido ao seu caráter de órgão predominantemente normativo e à especificidade do ensino agrícola, reconheceu a impossibilidade de continuar coordenando a extensa rede de escolas agrícolas, sugerindo a criação de um órgão para administrá-las.

Foi criada, então, a Coordenação Nacional do Ensino Agrícola - COAGRI, pelo Decreto nº 72.434, de 09 de julho de 1973, cujos termos exigia da parte dessa Coordenação assistência técnica e financeira aos estabelecimentos especializados nesse ensino, que eram vinculados ao MEC.

O referido Decreto, em seu Artigo 2º. assegurava autonomia administrativa e financeira à COAGRI, fato que permitiu o início da evolução da Escola, uma vez que os recursos advindos da comercialização de produtos agropecuários passaram a ser replicados e não mais recolhidos ao Tesouro Nacional.

Os trabalhos da COAGRI foram iniciados com a criação do Grupo Tarefa (GT - COAGRI), cuja responsabilidade era elaborar o regimento interno, o organograma e definir o seu quadro de pessoal, bem como manter todo trabalho técnico-administrativo pertinente às escolas. Esse grupo era gerenciado pelo Dr. Oscar Lamounier Godofredo Júnior.

Durante a elaboração do Regimento Interno da COAGRI, sentiu-se a necessidade de definir as competências do órgão, ampliar as finalidades e alterar sua denominação. Foi, então, instituído o Decreto nº 76.436, de 14 de outubro de 1975, que alterou a denominação da COAGRI para Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, mantendo a mesma sigla.

"A partir do Decreto nº 83.935, de 04 de setembro de 1979, publicado no DOU de 05/09/79, o Colégio Agrícola de Alegre passou a ser denominado Escola Agrotécnico Federal de Alegre, que até o ano

de 1991 formou 1730 técnicos"...

De acordo com o Decreto nº 93.613, de 21 de novembro de 1986, publicado no Diário Oficial da União de 24 de novembro de 1986, foi extinta a Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário e criada a Secretaria de Ensino de 2º Grau - SESG. Para ocupar o cargo de Secretária, foi designada a Srª Zeli Izabel Roesler. As Portarias nº 821, 822 e 824, de 26 de novembro de 1986, que normatizaram essas mudanças na estrutura do MEC, foram publicadas no Boletim de Serviço nº 22, de 28 de novembro e no Diário Oficial da União de 27 de novembro de 1986, páginas 6.490 e 17.811, Seção II e I, respectivamente.

Através do Decreto Presidencial nº 99.244, de 10 de maio de 1990, as escolas agrotécnicas e outros estabelecimentos de ensino foram vinculados ao Ministério da Educação e ficou instituída a Secretaria Nacional de Educação Tecnológica. Esse Decreto foi publicado no Diário Oficial da União, de 11 de maio de 1990.

(4) Plântula-Boletim Informativo da EAF de Alegre nº 01. vol 3, 1990. pág 9.



*Cooperativa-Escola dos alunos da EAFA (1976)*

## **ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA**

No ano de 1962, a Escola era composta pelo Diretor, Administração, Secretaria e Corpo Docente.

Em 1964, foi constituído e organizado o Grêmio Estudantil, que recebeu o nome de "Centro Social Esportivo Dr. Ivan Neves Andrade", que funcionou regularmente até o ano de 1975.

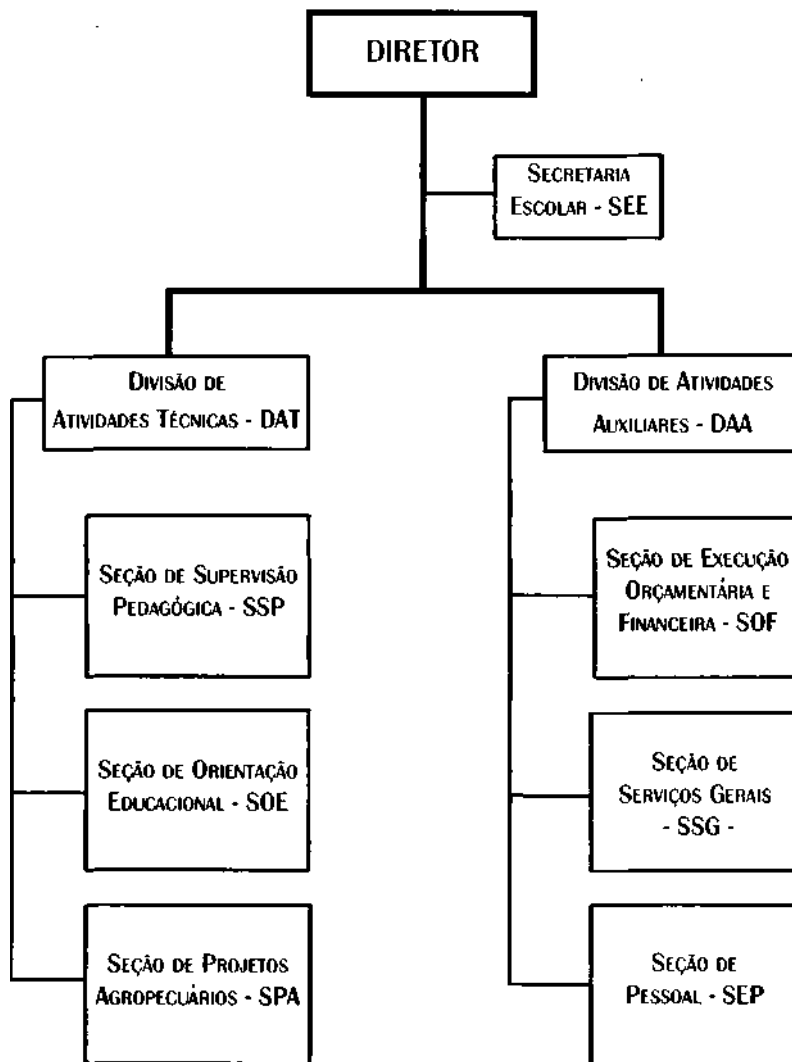
A Cooperativa Escolar nasceu no 2º semestre de 1966. Os produtos eram comercializados em grande escala e os lucros eram divididos com os alunos ao fim de cada ano.

No dia 17 de outubro de 1970, foi fundada, em Assembléia, a Cooperativa Escolar e Consumo Ltda. do Colégio Agrícola de Alegre que, apesar de ter estatuto próprio, não tinha registro no Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA.

Em março de 1972, foi realizada a 1ª reunião lavrada em ata, com o corpo docente, cuja finalidade, entre outras, foi constituir o Conselho de Professores e escolher o Coordenador da Escola-Fazenda. Nesse período, foi redimensionado o Sistema Escola-Fazenda, que já vinha sendo implantado em alguns colégios. O referido sistema, na sua concepção original, apresentava quatro áreas distintas, integradas e interligadas, a saber: salas de aula, Laboratórios de Práticas e Produção - LPP, Programa Agrícola Orientado - PAO e Cooperativa Escolar Agrícola \_ Coop.

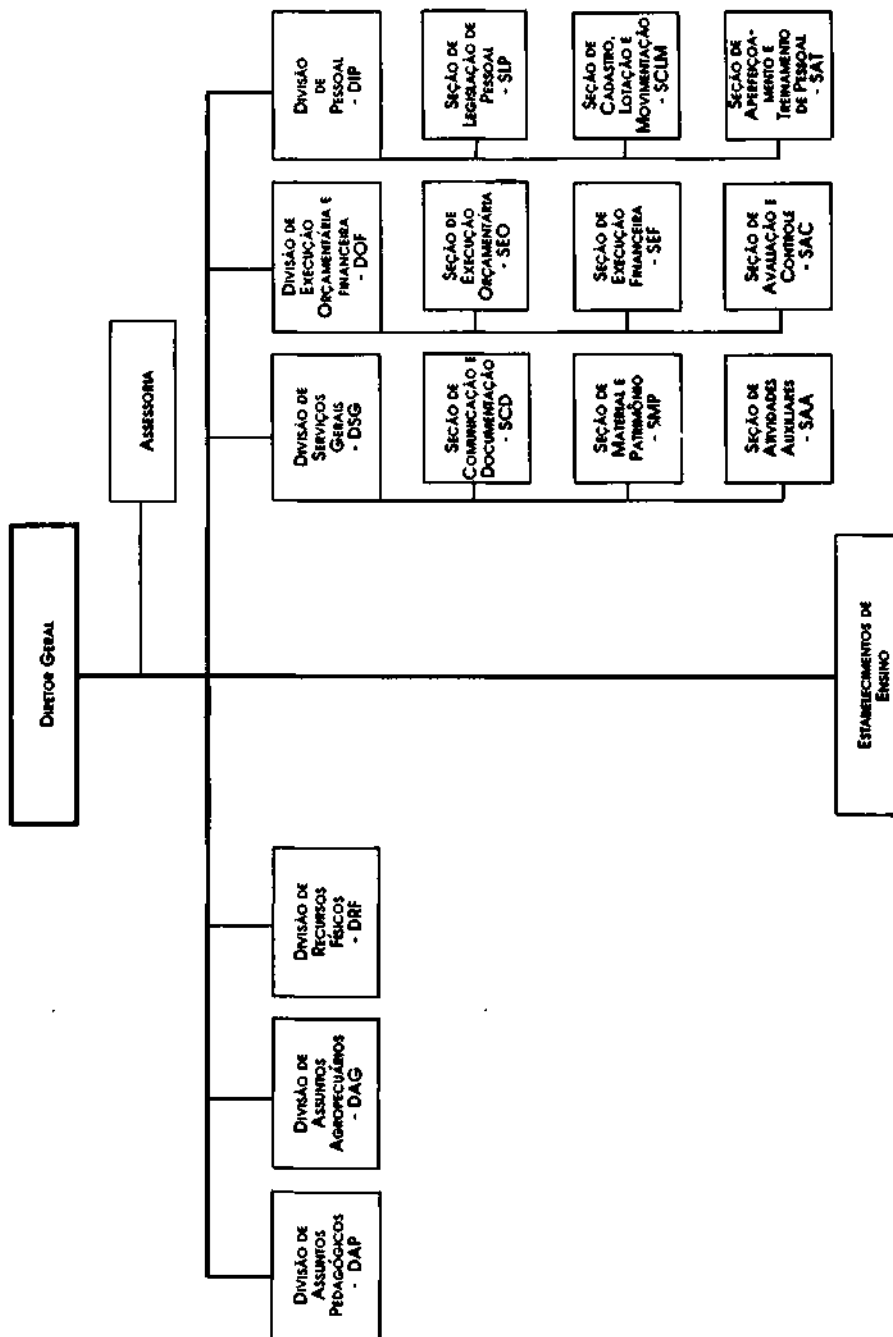
Com a instituição da COAGRI, com o nome alterado para Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário, de acordo com o Decreto 76.436, de 14 de outubro de 1975, os estabelecimentos agrícolas foram assim estruturados:

## ORGANOGRAMA - Colégio Agrícola



Essa estrutura foi implantada no Colégio no ano de 1978.  
À época, o organograma da COAGRI era o seguinte:

ORGANOGRAMA - Coordenação Nacional de Ensino Agropecuário - COAGRI



Em 31 de outubro de 1978, conforme Portaria nº 212 dessa mesma data, foi aprovado o Regulamento Interno do Colégio Agrícola de Alegre, nele ficando instituídos os órgãos colegiados: Conselho de Professores e Conselho de Classe.

A Escola tem por tradição reunir, em anos ímpares, os ex-alunos, Por ocasião do 2º Encontro, ficou decidido em assembléia geral que seria fundada uma associação, que foi criada em 24 de novembro de 1979.

De acordo com a Portaria nº 309, de 31 de agosto de 1981, publicada no Boletim de Pessoal da COAGRI, nº 16/81, foram integradas ao organograma vigente as seguintes coordenadorias: Integração Escola-comunidade; Oficinas, Máquinas e Equipamentos; Formação Especial; Cooperativa e Internato.

Em 1987, houve uma reforma na estrutura das escolas agrotécnicas federais, conforme Portaria nº 506, de 28 de setembro, publicada no Diário Oficial da União de 29 de setembro do mesmo ano, ficando assim organizada:

## 1. CONSELHO TÉCNICO-CONSULTIVO

### 2. DIVISÃO DE PEDAGOGIA E APOIO DIDÁTICO

- 2.1. Seção de Supervisão Pedagógica e Recursos Didáticos
- 2.2. Seção de Orientação Educacional
- 2.3. Seção de Registros Escolares.

### 3. DIVISÃO DE ATENDIMENTO AO EDUCANDO

- 3.1. Seção de Alimentação e Nutrição
- 3.2. Seção de Acompanhamento ao Educando
- 3.3. Seção de Integração Escola-comunidade



4. SERVIÇO DE EDUCAÇÃO-PRODUÇÃO

5. DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO

5.1. Seção de Execução Orçamentária e Financeira

5.2. Seção de Material e Patrimônio

5.3. Seção de Atividades Auxiliares

5.4. Seção de Pessoal

ó. COOPERATIVA



*Secagem de café*



*Raçoamento de bovinos - Zootecnia III*

## ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA

Em 1962, funcionou a 1ª série do Curso Ginásial Agrícola e, em 1966, o 1º Colegial Agrícola, sendo que a 1ª turma de Técnico Agrícola formou-se em 1968.

O Curso Ginásial Agrícola proporcionava um embasamento teórico-prático para maior aprofundamento no Curso Técnico Agrícola. Oferecia noções de Industrialização, Higiene Rural e Sociologia, Conservação dos Recursos Naturais Renováveis, além de ter iniciado o estudo de uma segunda língua estrangeira, fazendo parte da grade as disciplinas de Inglês e Espanhol.

A partir de 1976, houve uma alteração do Curso, passando a ser denominado Técnico em Agropecuária.

Naquela época não havia uma grade unificada, ou seja, cada escola determinava as disciplinas e respectivas cargas horárias, com base nos Pareceres 853/71 e 45/72, do Conselho Federal de Educação - CFE. Sentiu-se necessidade de equacionar essa situação e, assim, em 1978 a COAGRI solicitou às escolas que iniciassem estudos visando à unidade dos trabalhos desenvolvidos nas EAFs.

Das disciplinas anteriormente ministradas, algumas voltaram a ser implementadas, somente em 1990, como Indústrias Rurais. Hoje, estamos tentando incorporar à grade "Conservação dos Recursos Naturais Renováveis", mas temos encontrado certa resistência do Conselho Federal de Educação.

A implantação dessa disciplina no Curso de Técnico em Agropecuária é de fundamental importância, pois daria ao profissional uma visão mais ampla do uso dos Recursos Naturais, situação bem mais próxima do desenvolvimento sustentado, tema constante de toda política agrícola mundial.

## 1. Proposta pedagógica global do curso

### a) Sistema Escola-Fazenda

Iniciou-se com a seguinte estrutura:

- Salas de aula
- Laboratórios de Práticas e Produção - LPP
- Programa Agrícola Orientado - PAO
- Cooperativa Escolar Agrícola - COOP

A Escola Agrotécnico Federal é qualificada pela fazenda, o que a especifica; assim, o campo é o laboratório por excelência, onde se concretiza o processo ensino-aprendizagem. Tendo em vista essa realidade, a COAGRI ampliou o conceito de sala de aula, passando a entendê-la como "o espaço onde se estabelece o relacionamento dialógico e afetivo entre professor e aluno, estimulando o desenvolvimento da capacidade de análise e reflexão, fundamentais ao processo ensino-aprendizagem e à formação do educando".<sup>(5)</sup>

Em 1978, o Laboratório de Prática e Produção - LPP e o Programa Agrícola Orientado - PAO fundiram-se, passando a constituir as Unidades Educativas de Produção - UEPs, das quais foram retirados aspectos positivos, que minimizaram os entraves que foram detectados durante a execução da proposta original.

Como o referido sistema requer cuidados intensos, por todo ano (fins de semana, férias escolares e recessos), as UEPs foram estruturadas, como será mencionado no item 4 deste trabalho.

### b) Cooperativa-Escola

Surgiu com o nome de Cooperativa Escolar Agrícola e de Trabalho e tinha como finalidades "servir de órgão catalizador das práticas educativas na execução dos projetos agropecuários, promover

(5) MEC/COAGRI - Diretrizes de funcionamento de uma escola agrotécnica federal. Brasília. 1985. pág. 11.

a defesa econômica dos interesses comuns e realizar a comercialização dos produtos oriundos do processo ensino-aprendizagem, além de atender aos princípios doutrinários do cooperativismo".<sup>(6)</sup>

"Durante a implantação do Sistema Escola-Fazenda surgiram algumas dificuldades para o funcionamento das cooperativas, a saber:

- a cooperativa escolar só estava habilitada, de direito, a realizar o ato cooperativo; limitava-se à venda de material escolar aos associados;
- o fato de não ser cadastrada na Receita Federal, na Receita Estadual e na Junta Comercial, impedia a comercialização de sua produção a terceiros.

Essas restrições vinham provocando o estrangulamento do sistema nos seus aspectos financeiros e de comercialização, pois dificultavam o escoamento da produção e a conseqüente movimentação do capital de giro."<sup>(7)</sup>

A partir da Resolução nº 23, de 09 de fevereiro de 1982, do Conselho Nacional de Cooperativismo - CNC, a Cooperativa passou a ser uma associação dos alunos, com estatuto próprio, devidamente legalizada e em funcionamento.

### c) Unidades Educativas de Produção - UEPs e aulas teórico-práticas

As UEPs funcionam como laboratórios de ensino das disciplinas da parte diversificada do currículo. Foram estruturadas de tal forma que o aluno possa assimilar os conteúdos teórico-práticos no ambiente onde se processa a produção.

Em 1978, funcionava, como foi mencionado anteriormente, como Laboratório de Práticas e Produção e Programa Agrícola Orientado. Naquela ocasião, as aulas teóricas eram ministradas fora das salas-ambiente, o que provocava uma dicotomia entre a teoria e a

(6) DEM/CENAFOR. Escola-Fazenda. São Paulo, s.n.t.

(7) MEC/COAGRI. Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola de 2º Grau. Mimeo. Brasília, 1984. pág. 32.

prática; fato agravado pela carência de professores, havendo uma carga horária muito elevada para os docentes atuantes.

#### d) Monitoria

Desde 1981, a monitoria está sendo testada. Funcionava apenas com um ou dois monitores por disciplina, escolhidos pelos professores, o que não dava oportunidade a todos os alunos de vivenciarem essa experiência. A partir de 1985, passou a funcionar como parte do estágio supervisionado, sendo oportunizada a todos educandos a sua participação, sob a orientação do professor de cada UEP.

#### e) Internato

Esse sistema de atendimento já existia na Escola desde a sua criação. A disciplina era bastante rigorosa, não se permitia que durante os fins de semana os alunos se ausentassem. Isso só ocorria de quinze em quinze dias, desde que mantivessem comportamento exemplar, de acordo com as normas disciplinares vigentes.

Posteriormente, foram ocorrendo mudanças, propiciando maior flexibilidade às referidas normas.

Hoje, o internato comporta em torno de 50% dos alunos, com normas disciplinares mais flexíveis, com acompanhamento educacional mais especializado, pois os profissionais atuantes estão mais preparados para um atendimento pedagógico adequado.

#### f) Estágio Supervisionado

Surgiu em 1985, para atender às normas legais, passando a fazer parte do currículo, de acordo com o número de horas previstas na grade curricular.

Para o desenvolvimento deste trabalho existem convênios

firmados com empresas estatais e privadas, sendo feito um cadastramento das mesmas.

A jornada de atividades em estágio, a ser cumprida pelo aluno, deve compatibilizar-se com o calendário escolar; portanto, esses estágios são realizados nos períodos de férias e recessos escolares.

#### g) Plantão, Rodízio de Final de Semana e Férias

Os projetos agropecuários possuem especificidades que exigem a presença constante de alunos, professores e funcionários da Escola, o que torna necessária a existência dos plantões nos recessos e férias escolares.

No início da implantação do curso, cada grupo de alunos das últimas séries do Ginásial e Técnico era responsável pela execução de determinados projetos e eles se organizavam para atender às tarefas de fins de semana e férias, não havendo plantões, nem rodízios.

Nesses períodos de férias e recessos, os projetos eram acompanhados pelos funcionários. Vale ressaltar que o número de projetos executados era bem inferior aos de hoje.

#### h) Salas-ambiente

As salas-ambiente foram construídas com a criação das UEPs, visando a proporcionar melhores condições aos alunos de acompanharem a execução dos projetos agropecuários. Inicialmente, foram construídas seis salas-ambiente, sendo três de Zootecnia e três de Agricultura. Posteriormente, foram construídas mais três, para atender às disciplinas de Indústrias Rurais, Mecanização Agrícola e Cooperativismo.

Hoje, sete salas-ambiente possuem quartos-dormitório, com capacidade para quatro alunos cada uma, com o objetivo de atender mais prontamente às emergências que possam surgir nos projetos agropecuários.

## 2. Série Histórica dos Indicadores Educacionais

### a) Origem

Vem-se observando um crescimento do número de alunos da área urbana em relação à área rural, visto que em 1975, por exemplo, 40% eram provenientes da área urbana e 60% da rural.

Já em 1985, a relação passou a configurar-se assim: 66% provenientes da área urbana e 34% da área rural.

No ano de 1990, essa relação amplia-se, sendo 72% dos alunos oriundos da área urbana.

Essa inversão na relação rural/urbana é atribuída, principalmente, ao crescente êxodo rural.

Entretanto, vale acrescentar que grande parte dos alunos residentes na área urbana são filhos de produtores rurais.

### b) Faixa Etária

Em 1975, a maior parte dos alunos tinha entre 17 e 18 anos de idade; nos anos subseqüentes essa faixa etária foi caindo para 15 a 18 anos. Constata-se que os alunos têm chegado mais novos à escola.

### c) Matrícula

O gráfico, a seguir, ilustra a evolução da matrícula do estabelecimento desde o início de suas atividades de ensino até 1992.

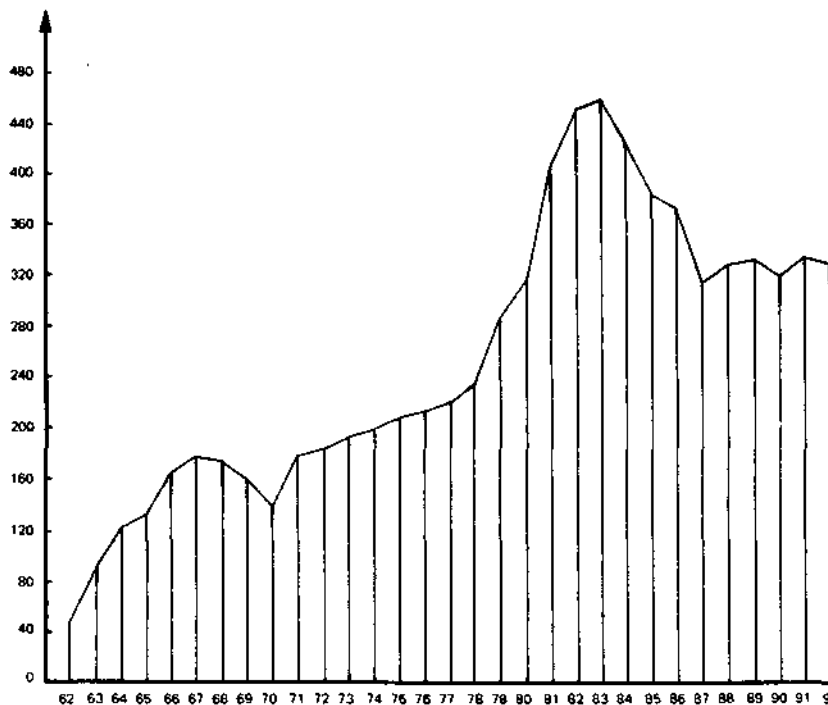
### d) Evasão

O índice de evasão é considerado baixo e tem sido da ordem de 0,5%.



## EVOLUÇÃO DA MATRÍCULA

Tabela	
Ano	Mat
1962	46
63	88
64	121
65	130
66	163
67	175
68	174
69	160
70	146
71	177
72	179
73	188
74	200
75	212
76	214
77	222
78	238
79	283
80	318
81	402
82	451
83	450
84	427
85	384
86	373
87	318
88	325
89	326
90	320
91	334
92	332



#### e) Transferência

Apresentamos, abaixo, um demonstrativo das transferências ocorridas nos últimos anos.

1980- 2,51%	1986- 14,80%
1981 - 4,15%	1987- 7,20%
1982- 4,38%	1988- 8,60%
1983 - 7,50%	1989 - 18,30%
1984- 11,40%	1990- 6,90%
1985 - 9,40%	1991 - 13,50%

#### f) Repetência

O índice de repetência tem crescido em função da degradação do ensino de 1º grau, fato altamente preocupante e com influência nefasta na formação do Técnico em Agropecuária. Esse índice pode ser observado nos dados abaixo:

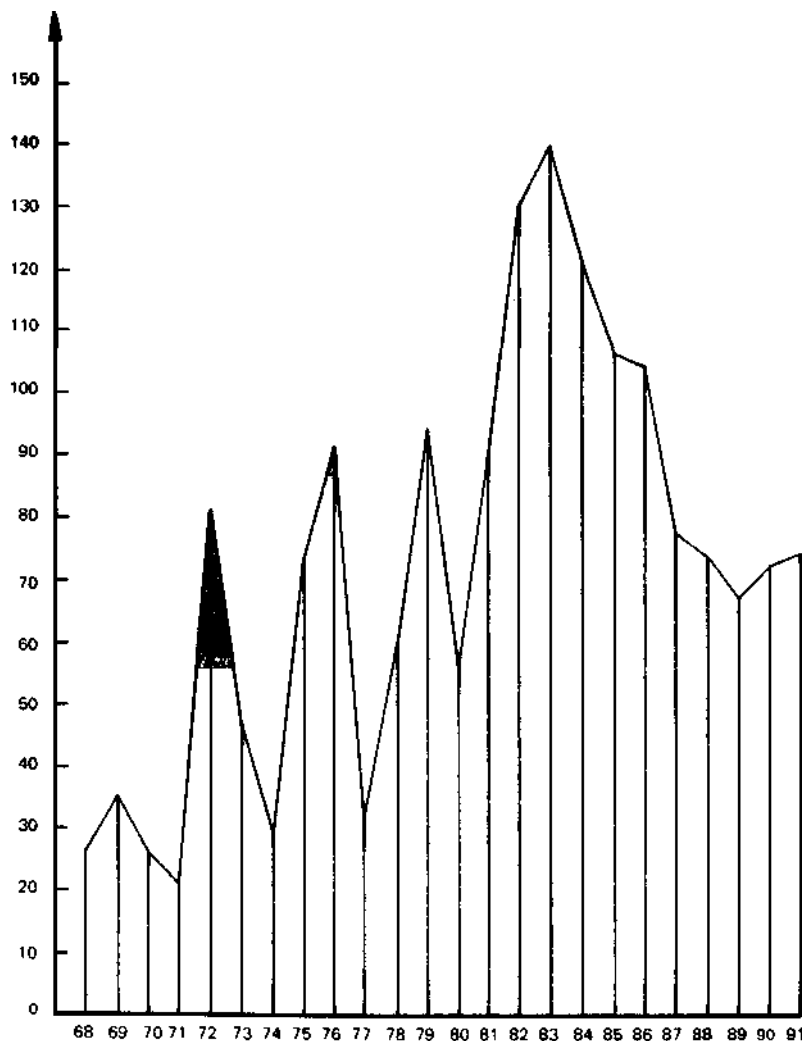
1974-4,00%	1980-9,00%	1986- 9,30%
1975 - 2,00%	1981 - 0,25%	1987 - 12,00%
1976-7,00%	1982 - 3,20%	1988 _ 13,50%
1977 - 5,00%	1983 - 3,20%	1989 - 14,50%
1978-4,00%	1984-7,60%	1990- 8,80%
1979-3,70%	1985-6.20%	1991-14,80%

#### i) Relação oferta/procura

No início, a procura era muito alta em relação ao número de vagas oferecidas, mas, com o passar dos anos, o número de vagas foi aumentando e o número de candidatos decresceu. Isso é atribuído à falta de uma política agrícola bem orientada, à falta de perspectiva de

## ALUNOS FORMADOS NA ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE-ES

Tabela	
Ano	Form.
1968	27
69	35
70	27
71	21
72	81
73	46
74	29
75	73
76	91
77	31
78	60
79	94
80	56
81	90
82	130
83	140
84	121
85	106
86	105
87	78
88	74
89	68
90	72
91	75



trabalho dos recém-formados e ao descaso com que os últimos governos têm tratado a agricultura.

### **3. Outros mecanismos adotados pela Escola para a implementação curricular**

Com a Lei 6.494, de 7 de dezembro de 1977, regulamentada pelo Decreto 87.497, de 18 de agosto de 1982, exigiu-se que estudantes de cursos profissionalizantes de 2º e 3º graus fizessem estágio supervisionado em órgãos ligados à área. A partir de 1984, foram firmados convênios com as seguintes instituições: Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária - EMCAPA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Instituto de Terras e Cartografia e Floresta - ITCF, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Prefeituras, tendo sido cadastradas inúmeras empresas rurais. Os estágios são supervisionados pela Seção de Integração Escola-Comunidade-SIE-C e por profissional ligado à empresa que fornece o estágio.

Em 1982, por iniciativa dos Professores Carlos Magno Rodrigues Bravo, Leocínio José Gobbo e Ricardo Crivano Albieri foram idealizados quatro programas, através do Projeto Borba Gato, da responsabilidade do Dr. Erivaldo Lacerda Herzog, do Ministério da Agricultura. Esses programas tinham como finalidade proporcionar aos agricultores uma melhoria da sua dieta alimentar e, ao mesmo tempo, promover estágios para os alunos da 3ª série, que prestavam assistência técnica orientada e acompanhada.

Além dessa integração através de estágios, realizou-se de 1981 a 1983 a I, II e III Semanas do Produtor Rural, objetivando a difusão de tecnologias.

Desde 1983, a Escola promove a Semana Agropecuária, quando são oferecidos cursos extracurriculares por profissionais da área, provenientes de órgãos conveniados ou não, visando, além da integração escola-comunidade, atualização e complementação das práticas agrícolas.

Os convênios, já mencionados, não se limitam somente à

concessão de estágios por parte das empresas, mas visam, também, ao desenvolvimento de diversos projetos, tais como:

IBAMA - fornece alevinos para criação de peixes, que são utilizados para engorda e para revenda, aos produtores da região;

EMATER - vem participando, junto à Escola, das Semanas do Produtor, de cursos e palestras e vem dando apoio aos projetos agropecuários;

EMCAPA - fornece mão-de-obra e assistência técnica para pesquisa agropecuária, na área da escola, propiciando a participação de alunos e professores;

Prefeitura - fornece máquinas para diversas construções e participa na produção de mudas, enquanto a Escola presta assistência técnica aos diversos trabalhos realizados com a comunidade rural.

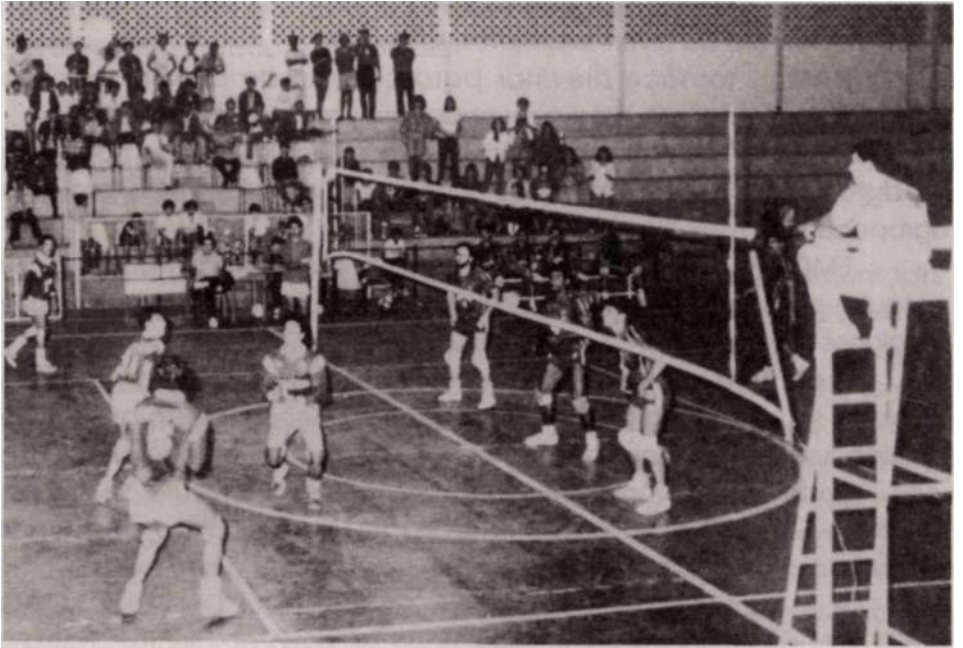
Existe um convênio firmado entre a Escola, Prefeitura de Alegre, IBAMA e EMATER para a construção de tanques para pequenos proprietários rurais, fornecimento de alevinos e assistência técnica.

A Escola possui um CENTRO INTEGRADO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, cujo objetivo é: "Preservação do meio ambiente, contra o uso inadequado dos recursos naturais, visando a assegurar condições que possibilitem a produção de bens necessários ao homem, em harmonia com a natureza e em consonância com os direitos, das gerações futuras, à vida."<sup>(8)</sup>

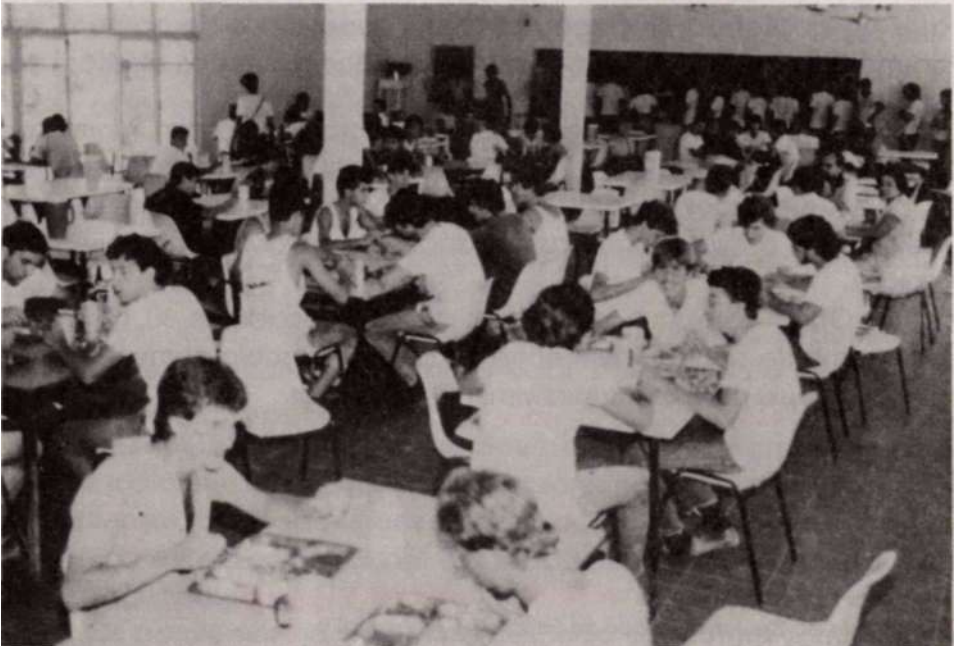
Em 1988, nasceu a idéia de se elaborar um Boletim Informativo que recebeu o nome de PLÂNTULA, onde são publicados vários trabalhos realizados por professores e outros membros da comunidade, objetivando a divulgação das atividades desenvolvidas na EAFA e na região.

Observamos que, nos últimos anos da década de 80, houve um estreitamento considerável entre as relações escola-comunidade, o que contribuiu para o desenvolvimento de ambas.

(8) Estatuto do Centro Integrado de Educação Ambiental.



*Esporte*



*Refeitório*

## ESPAÇO FÍSICO

### a) Área da Escola

A Escola Agrotécnico Federal de Alegre está localizada na Fazenda Caixa d'Água, Distrito de Rive, Município de Alegre, ES, com área de 333,96ha, cortada pela BR-482, que liga a cidade de Cachoeira de Itapemirim a Alegre.

### b) Principais construções

Na sua fundação, a Escola possuía um prédio principal, onde funcionavam salas de aula, administração, refeitório e alojamentos.

Havia uma oficina mecânica, residência do diretor e três residências de funcionários, um estábulo e a antiga pocilga.

Com o passar dos anos, outros prédios foram construídos, destacando-se os novos alojamentos, lavanderia, refeitório, novo galpão de máquinas, o prédio próprio da cooperativa-escola, estábulo novo, ampliação da pocilga, mais dez residências de funcionários e as nove salas-ambiente das Unidades Educativas de Produção. Perfazem, hoje, aproximadamente, 1,900m<sup>2</sup> de área construída.

Observa-se que os recursos estiveram mais direcionados para atender à parte diversificada do currículo, trazendo como consequência prejuízo para a parte de formação geral, visto que não possuímos laboratórios de Física, Química e Biologia.

Consideramos que a inexistência desses laboratórios deve-se a uma sucessão de distorções ocorridas, desde a fase de planejamento até a execução das metas previstas no Projeto MEC-BIRD<sup>(9)</sup> que tinha,

(9) IV Acordo MEC-BIRD - Programa de Melhoria do Ensino Técnico Agrícola e Industrial - EDUTEC, 1984 a 1990, com o objetivo de construir e equipar escolas técnicas e agrotécnicas.

dentre outras prioridades, a construção e montagem dos referidos laboratórios

Com relação à biblioteca, seu funcionamento foi precário até o ano de 1990, quando foi iniciado o trabalho de organização e estruturação, através de aquisição de materiais e treinamento de pessoal, bem como assessoramento técnico.

#### c) Salas-ambiente

Na época da criação das UEPs, foram construídas as seis primeiras salas-ambiente que, posteriormente, foram ampliadas para nove, com adaptações das três últimas.



## RECURSOS HUMANOS

Os profissionais contratados, tanto professores quanto funcionários, estão mais qualificados, pois foram sendo proporcionados pela COAGRI, ao longo desses anos, cursos de Esquema I e II, Aperfeiçoamento e Especialização, além de treinamentos. Isso ocorreu principalmente na década de 80.

A EAFA conta com 32 professores, sendo 28 em sala de aula, e 82 funcionários, para atendimento de uma clientela que permanece na escola em tempo integral e desenvolve atividades de ensino em dois turnos.

Existe, também, um sistema de atendimento noturno realizado por professores que se revezam de segunda a quinta-feira, proporcionando aos alunos acompanhamento de estudos.



*Viveiro de mudas*



*Plantio de alho irrigado por aspersão*



*Limpeza de tanques - Piscicultura*



*Cunicultura*



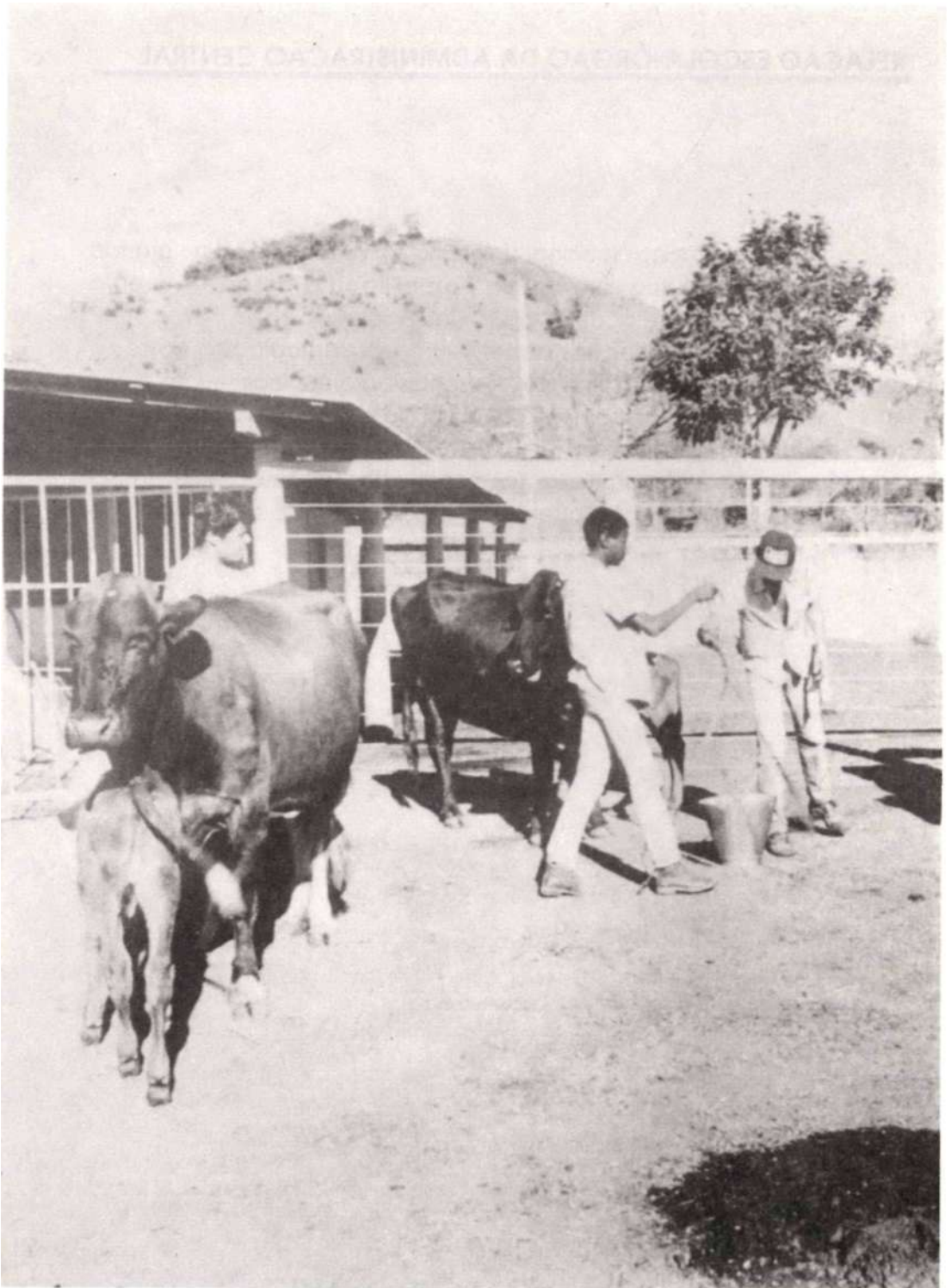
*Olericultura - Agricultura I*

## RELAÇÃO ESCOLA-ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

A Coordenação Nacional do Ensino Agropecuário foi de grande valia, pois dada a sua autonomia possibilitava o desenvolvimento técnico, pedagógico e administrativo, das escolas.

Com a sua extinção, ocorreu uma desarticulação entre os órgãos da administração central e as escolas agrotécnicas.

Houve um distanciamento quando da criação da SESC pois a maioria da equipe da antiga COAGRI, que tinha vivência dos problemas da escola agrícola, foi dispersada, tornando esse ensino menos conhecido e, conseqüentemente, dificultando o trabalho das escolas.



*Bovinocultura - Zootecnia III*

## CONCLUSÃO

Ao concluir a elaboração do presente trabalho, observa-se que a Escola tem vivido períodos de avanços e retrocessos. Todavia, a comunidade escolar tem procurado, com perseverança, aprimorar o ensino, oferecendo uma formação adequada aos grupos de adolescentes que por aqui têm passado.

Podem, assim, ser considerados os seguintes pontos positivos:

- os profissionais hoje atuantes são mais capacitados;
- há um envolvimento bem maior com a comunidade, fato que faz desta Instituição um centro difusor de tecnologias;
- tem havido um crescimento em qualidade e quantidade dos projetos agropecuários;
- houve uma considerável melhoria na infra-estrutura;
- organizou-se a grade curricular;
- finalmente, a cooperativa foi legalizada, fato que vem lançando sementes de uma vivência comunitária benéfica a todos.

Percebe-se, deste modo, que a Escola evoluiu e vem atingindo o fim para o qual está determinada.

Em contrapartida, nota-se um aumento na relação oferta/procura de vagas, acompanhado de um decréscimo no nível educacional da clientela recebida.

A relação servidor/aluno atingiu um nível crítico, devido às aposentadorias ocorridas, sem as respectivas substituições em tempo adequado.

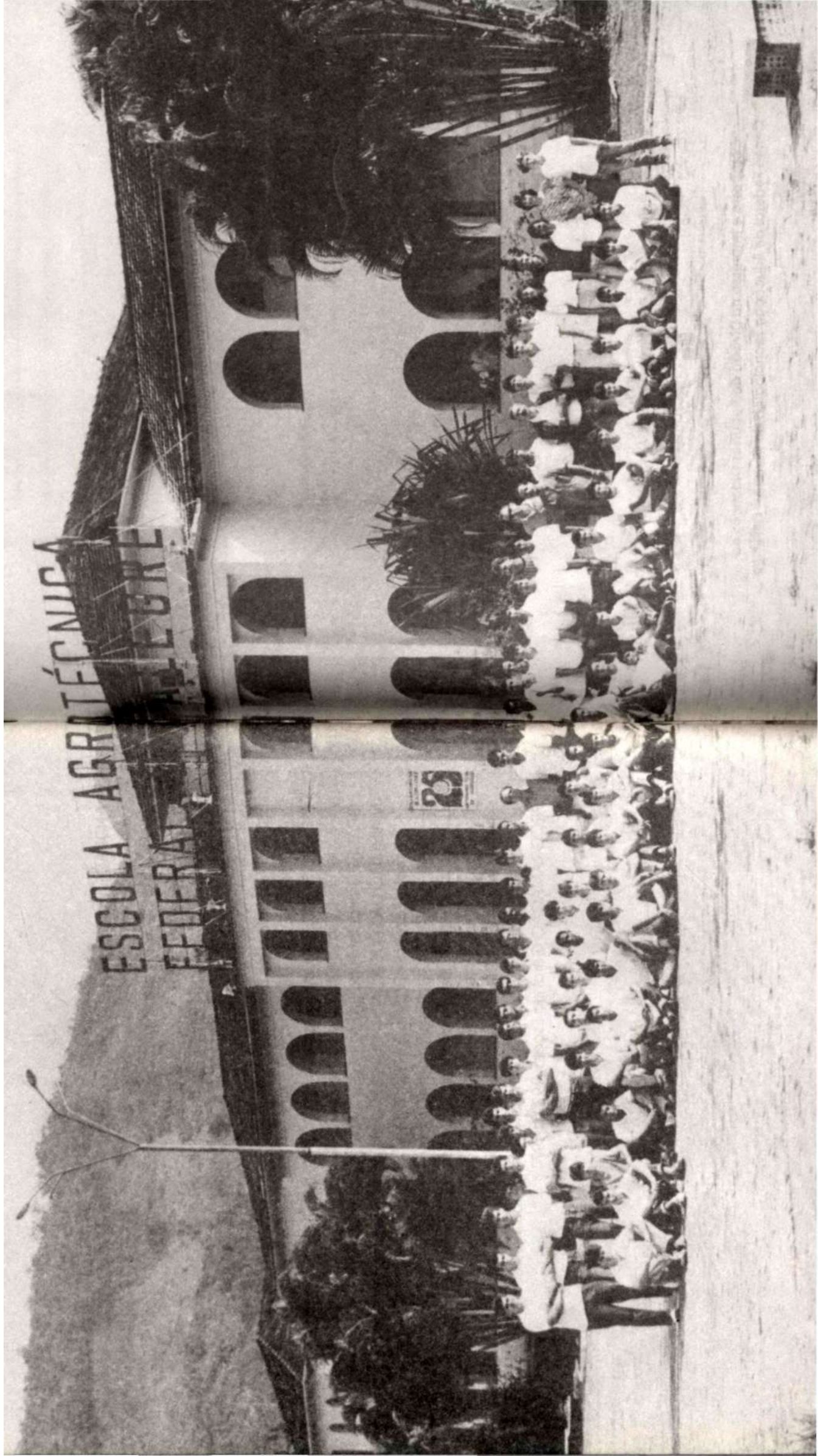
A desarticulação entre os órgãos da administração central e as escolas agrotécnicas, principalmente quando da extinção da COAGRI, foi prejudicial ao desenvolvimento desse ensino, pois houve o rompimento de um forte elo de comunicação que havia entre ambos. Observou-se, em conseqüência, uma série de dificuldades, pois, não tendo autonomia, algumas decisões das escolas dependem da autorização da SENETE, burocracia que vem coibindo as iniciativas voltadas para o desenvolvimento técnico-pedagógico da Escola, assim como ações de integração com a comunidade.

Vale ressaltar que de 1991 em diante esse quadro vem sendo mudado, pois estamos observando uma busca de entrosamento entre escolas e a administração central.

## BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Ivan Neves de. **Um pouco de história da EAFA**. Discurso. V Encontro de Ex-Alunos. Alegre, EAFA, jul. 85.
- BRASIL. **Leis, decretos etc.** Diário Oficial. Brasília, mar. 1968, Seção I, p. 4.894.
- CERTIDÃO. Cartório do 1º Ofício. Alegre, jul. 1974.
- ESCOLA AGROTÉCNICA FEDERAL DE ALEGRE comprova eficiência. Jornal A Gazeta. Vitória, 18.07.90, p. 5.
- ESCRITURA Pública de Doação. Cartório do 4<sup>2</sup> Ofício de Notas. Vitória, ES, 21/11/83.
- ESPÍRITO SANTO. **Leis, decretos etc.** Lei nº 2.949, de 17 de dezembro de 1974. Diário Oficial. Vitória, 21/12/74.
- GRADES Curriculares da EAFA. 1962 a 1991.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - COAGRI. Colégio Agrícola de Alegre. **Escola-Fazenda**. Brasília, jul. 1975.
- \_\_\_\_\_COAGRI. **Regulamento Interno**. Brasília, out. 1978.
- \_\_\_\_\_SESG. **Regimento Interno da Escola Agrotécnico de Alegre**. Alegre, fev. 1989.
- \_\_\_\_\_COAGRI. **Retrospectiva Histórica do Ensino Agrícola de 2º Grau. Papel da COAGRI**. Mimeo. Brasília, mar. 1984.
- PROGRAMAÇÃO Geral da Escola, 1970 a 1971.







Composto e impresso na Divisão de Recursos Didáticos do  
Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET-PR

Escola Agrotécnico Federal de Alegre-ES  
BRASÍLIA  
1992

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)